

AUDITORIA E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Audit and analysis of financial statements

Geisiane Cunha de Oliveira Lisboa

Diana Claudia Freire¹

Resumo: O presente artigo foi elaborado com a intenção principal de evidenciar as atividades de auditoria realizada na empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP. Auditoria essa realizada em toda parte contábil desta entidade acima descrita, apontando todo resultado encontrado a partir das revisões feitas nos lançamentos contábeis, registra também todas as divergências que ficaram relatadas no Relatório das Divergências Encontradas, além de mostrar o relato da auditoria realizada dentro do Relatório do Auditor Independente, que tem por objetivo deixar exposta a descrição de todo trabalho concluído e os resultados alcançados. E também mostrar a importância de se realizar um trabalho com muita responsabilidade e profissionalismo, o qual seja confiável e verídico de forma a auxiliar o gestor da empresa em suas tomadas de decisões. Enfim, neste projeto será exposto todo o processo de auditoria, bem como relatar o que foi realizado e os procedimentos elaborados.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis. Auditoria. Contabilidade.

Abstract: The present article was elaborated with the main intention of evidencing the audit activities carried out in the company Cafeeira Berger Ltda. EPP. This audit was carried out in every accounting part of this entity described above, pointing out all the results found from the made in the accounting entries, also records all the divergences that were reported in the Report of the Found Differences, in addition to showing the report of the audit performed within the Independent Auditor's Report, which is intended to leave exposed the description of all completed work and the results achieved. And also show the importance of carrying out a job with great responsibility and professionalism, which is trustworthy and truthful in order to assist the manager of the company in its decision-making. Finally in this project will be exposed the whole process of audit, as well as to report what was done and the procedures elaborated.

Keywords: Financial statements. Audit. Accounting.

Introdução

Realizar a contabilidade de uma empresa não é uma tarefa a ser executada de qualquer maneira. Para isso, o profissional que se propuser a concluí-la, deve no mínimo ter conhecimento e estudo para isso, pois contabilizar uma empresa não é uma tarefa fácil, já que é na contabilidade que ficam registradas todas as movimentações da entidade.

Por isso, a contabilidade de uma empresa deve ser realizada com muita responsabilidade, pois os dados apresentados a partir da contabilidade serão de utilidade em muitas tomadas de decisões pelo gestor da entidade, e também servirão para relatar como está o seu estado financeiro, e é devido a esta seriedade que esses dados devem ser verídicos e sem erros, de forma que os totais apresentados nos dados do Balanço Patrimonial sejam o mais real possível, para que não haja complicações futuras causadas pelo uso dessas informações.

Neste intuito é que, em muitos casos, antes de realizar uma ação, algumas empresas realizam auditorias em toda sua contabilidade. Essa auditoria acontece não necessariamente por desconfiança de quem realizou a contabilidade da empresa, mas por mera necessidade de uma análise impessoal, realizada por um profissional da área. Profissional este que justamente analisa os dados informados, e relata se são verídicos e confiáveis ou não.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

A auditoria realizada em uma empresa por um profissional qualificado, não é feita de qualquer maneira. Há antes de tudo um objetivo a ser alcançado, muitos papéis de trabalho a serem preenchidos para analisar os dados informados, em caso de divergências, se deve descrever quais foram, e também é claro, o auditor tem o papel de informar em seu relatório medidas a serem adotadas pela empresa para que haja coerência entre o que se está lançando e a sua situação real.

Então, dessa forma esse trabalho terá o objetivo de apresentar os resultados encontrados a partir da auditoria realizada na empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, as análises realizadas, as divergências encontradas e o relatório de auditor independente.

Relatório de análise das demonstrações contábeis

Auditoria

A auditoria é utilizada dentro de uma empresa, geralmente, para fazer uma avaliação de suas demonstrações contábeis, ou seja, verificar se o que está lançado e acarretando resultados realmente é o que a empresa possui.

Para Crepaldi (2011, p. 6):

A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e pertinente à legislação específica. Consiste em controlar as áreas-chave nas empresas, a fim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, através de testes regulares nos controles internos específicos de cada organização.

Neste sentido, a autoria então, nada mais é do que um processo utilizado pela entidade para que se possa avaliar a sua situação atual com relação ao que foi descrito em suas demonstrações contábeis.

A auditoria, porém, não é uma ferramenta única da contabilidade, ela pode ser utilizada também em outros setores de uma empresa, desde que esse setor também esteja precisando ser avaliado, e precise de uma verificação real da situação em que se encontra.

Contudo, quando realizada na contabilidade, é principalmente usada para mostrar que não basta apenas lançar as informações no sistema, o qual pode ter vários usuários, e confiar em seus resultados, é preciso, além disso, uma análise mais profunda dos dados que foram informados, e é justamente quando é necessário empregar uma auditoria nas demonstrações contábeis apresentadas, pois a partir de um relatório de um profissional capacitado para essa ação há uma maior confiança em se utilizar os dados contabilizados.

As demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são documentos muito importantes para uma empresa, pois é dentro destes que estão mencionados todos dos dados financeiros da entidade.

É com as demonstrações contábeis que a empresa passa a informar e apresentar qual a situação em que a empresa se encontra, se está tendo lucro ou prejuízo, ou se tem ou não condições de quitar seus débitos com seus fornecedores.

Conforme a Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976), em seu Art. 176:

Ao final de cada exercício social, serão elaboradas as seguintes demonstrações financeiras: (I) balanço patrimonial; (II) demonstração do resultado do exercício; (III) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (IV) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (V) demonstração das origens e aplicações de recursos.

A demonstração contábil não pode ser elaborada de qualquer maneira, é preciso muita responsabilidade e veracidade nos dados a serem lançados pela contabilidade, para que não haja erros, os quais podem ser apenas um equívoco, ou em alguns casos, serem confundidos como intenções de fraudes.

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis servem para registrar os fatos ocorridos em uma empresa dentre um determinado período de tempo, são nominadas como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). E há ainda o Livro Razão e o Livro de Diário.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial em uma empresa é o seu documento mais importante, pois é nele que vai ficar relatado de maneira explícita os totais das movimentações da empresa.

É a partir do Balanço Patrimonial que a entidade passa a ver como está seu andamento e sua situação financeira. Serve ainda como um modo de avaliação, para que os gestores possam tomar algumas atitudes e decisões, como realizar investimentos, fazer compras ou não quitar seus dividendos, dentre outras obrigações que a organização possui. Conforme o Art. 178 da Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976), “O balanço patrimonial tem por finalidade demonstrar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinado momento, o que representa uma posição estática”.

Assim sendo, o Balanço Patrimonial é uma ferramenta indispensável na vida de uma empresa, pois é o Balanço Patrimonial quem diz se ela está obtendo lucro ou prejuízos. Durante a auditoria realizada na Empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, não foi encontrado nenhum erro quanto à estrutura do Balanço Patrimonial, porém, em alguns houve a necessidade de corrigir alguns valores, devido à auditoria realizada, para que o saldo no mesmo apresentado fosse o mais real possível.

Demonstração de Resultado de Exercício

Dentre muitos documentos que a empresa precisa ter para saber os seus saldos, um deles é a Demonstração de Resultado de Exercício (DRE). Esta demonstração é usada, como o próprio nome descreve, para mostrar o resultado depois de passado um determinado exercício.

A DRE é especialmente usada para registrar dados como as receitas brutas que a empresa obteve, além de descrever as deduções sobre a empresa até que se chegue ao lucro líquido do exercício, para que a entidade tenha um maior entendimento de como está a situação lucrativa ou negativa da empresa.

Para Iudícibus (1998, p. 48):

DRE é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período, que geralmente é de doze meses. É apresentada de forma dedutiva (vertical), isto é, primeiro se demonstram as receitas brutas de vendas e ou serviços, e na sequência subtraem-se os custos, as despesas até atingirmos o resultado do exercício que pode ser lucro ou prejuízo.

Para realizar o cálculo da DRE, os dados a serem utilizados são retirados diretamente do livro Razão da empresa, por isso há uma imensa importância de os dados lançados na contabilidade da empresa serem os mais verídicos possíveis, e é claro que além disso a forma da contabilização deve ser feita de acordo com a legislação vigente para essa ação.

Durante a auditoria realizada na empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, ainda quanto à estrutura do documento DRE não houve correções a serem feitas, pois ela se encontrava de maneira correta, porém quanto aos dados, houve algumas correções realizadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Assim como os outros documentos contábeis de uma empresa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é muito importante para registrar a situação contábil e financeira de uma entidade.

A DMPL é principalmente utilizada para descrever as movimentações presentes dentro Patrimônio Líquido, sendo as reservas ou o capital em que a empresa se encontra.

A DMPL conforme Iudícibus (1998 apud FLORIANI, 2013, p. 7):

[...] a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL evidenciando a mutação do patrimônio líquido em termos globais, isto é, novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores etc., e, em termos de mutações internas, as incorporações de reservas ao capital, as transferências de lucros acumulados para reservas etc. [...].

Mesmo sendo uma documentação muito importante, a DMPL não é ainda uma demonstração que é obrigatória para todas as empresas, apenas para as empresas de capital aberto, mas, ainda assim, é muito utilizada entre os empresários para obter informações sobre o seu estado do Patrimônio Líquido.

A DMPL apresentada pela empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP não estava errada quanto a sua estrutura, porém tiveram alguns dados alterados devido a correções feitas durante a auditoria.

Demonstração de Fluxo de Caixa

Como o próprio nome mesmo já diz, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é uma demonstração que visa registrar as entradas e as saídas de dinheiro na empresa, o que proporciona a entidade a projetar o uso do dinheiro que possui em longo prazo, uma vez que já se tem uma média de valores presente em seu caixa.

Conforme Morante e Jorge (2008 apud FLORIANI 2013, p. 7-8):

Com o advento da Lei nº 11.638/07, a elaboração da DFC passou a ser obrigatória, a qual veio substituir a Demonstração das Obrigações e Aplicações de Recursos – DOAR – que passa a ser facultativa, ou seja, a empresa poderá elaborá-la e apresentá-la aos usuários das informações se assim desejar.

Sendo assim, a DFC é uma ferramenta, como todas as outras, de extrema importância para o andamento de uma entidade, contudo esta é a que mais relata a situação financeira da empresa. É a partir da DFC que a empresa consegue se projetar financeiramente para realizar seus pagamentos, e verificar se terá condições de quitar seus compromissos.

Livro Diário

Dentre todas as obrigações que uma empresa possui, as demonstrações contábeis é uma delas, e dentro destas demonstrações há o Livro Diário.

O Livro Diário é um documento muito importante, pois é neste documento que ficam registradas as entradas e as saídas da empresa, todas conforme a data em que ocorreram. É sempre usado com o intuito de auxiliar a empresa a fazer o seu controle interno, e ter conhecimento sobre o patrimônio que a empresa possui.

Para o *site* Portal de Contabilidade (s.d., s.p.):

O Livro Diário é obrigatório pela legislação comercial, e registra as operações da empresa, no seu dia a dia, originando-se assim o seu nome. A escrituração do Diário deve obedecer às Normas Brasileiras de Contabilidade. Sua inexistência, para as empresas optantes pelo Lucro Real, ou sua escrituração em desacordo com as normas contábeis sujeitam a empresa ao arbitramento do Lucro, para fins de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

Sendo assim, este livro é um dos mais completos para serem usados pela empresa, pois este livro contém informações precisas, dados reais e em ordem de data, como dia, mês e ano, e também aponta os dados projetados da empresa, como as contas que terão de ser quitadas no próximo exercício.

Livro Razão

O Livro Razão é um componente muito importante na contabilidade de uma empresa, pois é nele que estão relacionadas todas as contas e subcontas contábeis da empresa.

Para sua utilização é também usado dados do Livro Diário e é neste livro que as contas são registradas e confrontadas para que se possa chegar ao valor real em que elas se encontram ao final do período solicitado.

O *site* Portal de Contabilidade (s.d., s.p.) descreve que:

O Livro Razão é obrigatório pela legislação comercial e tem a finalidade de demonstrar a movimentação analítica das contas escrituradas no diário e constantes do balanço. Não há necessidade de registro do Livro Razão. Entretanto, ele deve conter termo de abertura e encerramento, com a assinatura do contabilista e do responsável pela empresa.

O Livro Razão é então uma ferramenta que se pode chamar de ponto de partida para que se produzam outras demonstrações, como é o caso da realização da Demonstração de Resultado de Exercício e do Balanço Patrimonial, pois para gerar os saldos registrados neste, sempre se utiliza os dados que estão lançados no Livro Razão.

Indicadores econômico-financeiros da Cafeeira Berger Ltda.

Toda a empresa tem por obrigação apresentar ao final de cada exercício suas demonstrações contábeis, e além dos registros em Balanço ou em DRE, há ainda outras maneiras de saber se a empresa está ou não tendo lucros e receitas que são suficientes para quitar seus dividendos, e para isso usa-se uma ferramenta chamada de indicadores econômico-financeiros, que se utili-

za de alguns índices para confirmar a real situação financeira da entidade.

Internamente, essa ferramenta não é utilizada de maneira frequente, porém a sua real necessidade se faz na hora em que a empresa visa conseguir algum financiamento e abertura de conta em outras empresas, pois avalia a condição que a entidade tem em quitar suas contas.

Para Marion (2010 apud FLORIANI 2013, p. 61), esses indicadores “são índices utilizados para avaliar se a empresa tem capacidade de saldar seus compromissos e complementa dizendo que essa capacidade pode ser avaliada a longo e curto prazo e ainda prazo imediato”.

Neste sentido, verifica-se a utilização de diversos índices, como o de liquidez, estrutura de capital, o de rentabilidade, e também o de lucratividade, que auxiliam na hora de conferir se a empresa está realmente rendendo ou dando prejuízo.

Enfim, é uma ferramenta bastante usada para análise financeira da organização em questão. Contudo, para o setor contábil é uma ferramenta muito útil, pois auxilia na confirmação da real situação financeira em que a entidade se encontra.

Índices de Liquidez

Muitas são as maneiras de analisar se uma empresa é ou não capaz de quitar com suas obrigações, e a utilização dos índices de liquidez é uma delas, justamente para verificar se a empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP tem essa capacidade esses índices foram utilizados.

Liquidez Corrente

O índice de Liquidez Corrente serve para mostrar se a entidade está apta a quitar suas dívidas feitas para pagamento em curto prazo

Conforme afirma Silva (2007), o índice de liquidez corrente, também chamado de *current ratio* indica quanto a empresa possui em dinheiro mais os bens e direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, para pagar as dívidas que vencerão no mesmo prazo. Sendo assim, para se chegar à Liquidez Corrente, é preciso então dividir o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

No caso da Cafeeira Berger Ltda. EPP, o Ativo Circulante é igual a R\$ 259.816,48 (Duzentos e Cinquenta e Nove Mil Oitocentos e Dezesseis Reais e Quarenta e Oito Centavos), e possuía um Passivo Circulante no valor de R\$ 29.543,26 (Vinte e Nove Mil Quinhentos e Quarenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos), o que gera um índice de 8,79.

Esse é um índice muito bom, levando em consideração o fato de a empresa possuir condições de quitar para cada R\$ 1,00 (Um Real) de dívidas, a quantia equivalente a R\$ 8,79.

Liquidez Seca

O índice de Liquidez Seca também é muito importante para a empresa conhecer a sua capacidade em quitar suas dívidas caso haja na empresa, por algum motivo em particular, uma diminuição, queda ou paralização em suas vendas, é por isso que neste cálculo se retira do Ativo Circulante o valor do Estoque.

O estoque é o item mais manipulável no balanço. Ele pode se tornar obsoleto, antiquado a qualquer momento, ou ainda pode ser um item perecível (MARION, 2010).

A empresa analisada apresenta um Ativo Circulante de R\$ 259.816,48 (Duzentos e Cinquenta e Nove Mil Oitocentos e Dezesseis Reais e Quarenta e Oito Centavos), subtraindo o estoque no valor R\$ 18.954,80 (Dezoito Mil Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos) e dividido pelo valor do Passivo Circulante no valor de R\$ 29.543,26 (Vinte e Nove

Mil Quinhentos e Quarenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos), gerando um índice de 8,15.

Sendo assim, o índice de liquidez seca para a Cafeeira Berger Ltda. EPP é muito bom, pois ainda que a empresa parasse de vender, ou seja, desconsiderando o valor de estoque, para cada R\$ 1,00 (Um Real) em Contas a pagar, a empresa teria R\$ 8,15 (Oito Reais e Quinze Centavos) para quitar as dívidas.

Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral, assim como os outros índices é utilizado pela empresa para avaliar a capacidade que a empresa tem em honrar com seus compromissos perante os seus credores, e na verdade este é bem semelhante aos demais.

Na Liquidez Geral se faz necessário o uso do Ativo Circulante a Curto e a Longo Prazo, dividido por Passivo Circulante a Curto e Longo Prazo.

Para Silva (2007, p. 308), “O Índice de liquidez geral é também conhecido por *current and long term assets to liabilities* e mostra qual é o valor que a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e a longo prazo, para fazer face as suas dívidas totais”.

A empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, tem o Índice de Liquidez Geral igual ao Liquidez Corrente, pois a empresa não possui realizáveis a longo prazo, então o cálculo deste índice é feito com o mesmo valor, ou seja, esta empresa consegue pagar também suas dívidas sem precisar se desfazer de nenhum dos seus bens, também conhecido como ativo imobilizado.

Liquidez Imediata

Como o próprio nome já diz, a liquidez imediata se trata de um índice que mede a capacidade da empresa em gerar capital que quite suas dívidas de forma imediata, ou seja, rápida.

Este indicador é aquele que realmente se caracteriza como de liquidez, porque ele trabalha com os elementos patrimoniais do ativo circulante que podem ser disponibilizados imediatamente, ou quase, assim denominados de disponibilidades (PADOVEZE; BENEDICTO, 2007).

Para se chegar ao resultado desse índice, foram utilizadas o valor das disponibilidades que era R\$ 240.861,68 (Duzentos e Quarenta Mil Oitocentos e Sessenta e Um Reais e Sessenta e Oito Centavos) dividido pelo Passivo Circulante que totalizava R\$ 29.543,26 (Vinte e Nove Mil Quinhentos e Quarenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos), que gerou um índice de 8,15, ou seja, caso haja algum gasto imediato a ser pago, a empresa poderá disponibilizar R\$ 8,15 (Oito Reais e Quinze Centavos) para cada R\$ 1,00 (Um Real) em dívida.

Indicadores de Estrutura de Capitais

Os Indicadores de Estrutura de Capitais é uma ferramenta que nem todas as empresas utilizam atualmente, porém é de grande utilidade para quem faz seu uso. Esse indicador é utilizado pela entidade para que a empresa possa verificar como está o endividamento da empresa, se a organização é ou não capaz de pagar suas contas sozinhas ou se necessita realizar algum empréstimo ou financiamento para conseguir pagar as suas contas.

Para Floriani (2013, p. 73), “os indicadores de estrutura de capital demonstram o grau de endividamento. Na análise de balanços, este é um dos itens mais relevantes, porque ele demonstra as grandes linhas de financiamento escolhidas pela empresa”.

Dentre os indicadores que auxiliam a empresa a analisar sua Estrutura de Capitais são o Endividamento, Composição de Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e também Imobilização de Recursos Não Correntes.

Endividamento

O endividamento de uma empresa é algo que interessa e muito aos auditores, pois em uma auditoria este ponto também é muito analisado, uma vez que pode haver recursos de outras entidades na empresa que são usados para quitar suas contas, e esse fato deve ser devidamente contabilizado, pois se trata de entrada de dinheiro na empresa, que pode não ser proveniente de venda de mercadoria.

Para Floriani (2013, p. 74) “os Índices de Endividamento são importantes, pois indicam a realização de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros. Mostram grandes linhas de decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos”.

Dessa forma, para saber o nível de endividamento da empresa é preciso dividir o Exigível Total (passivo circulante mais exigível a longo prazo) por Patrimônio Líquido mais o Exigível Total. É importante lembrar que a Cafeeira Berger Ltda. EPP não possui exigível a longo prazo.

Na auditoria realizada na empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, foi efetuada a verificação do Índice de Endividamento, em que o Exigível Total soma R\$ 29.543,26 (Vinte e Nove Mil Quinhentos e Quarenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos) e o Patrimônio Líquido é de R\$ 533.064,75 (Quinhentos e Trinta e Três Mil Sessenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos). Então, dividindo 29.543,26 pela soma de Patrimônio Líquido mais o Exigível Total (533.064,75 + 29.543,26) que totaliza 562.608,01 resulta em um percentual de 5,20%, e como em endividamento quanto maior pior, este índice mostra que a empresa está quitando seus dividendos quase totalmente apenas com seus próprios recursos, sendo estes pagos com 94,8%.

Composição do Endividamento

A Composição do Endividamento é um índice utilizado para apontar as dívidas que a entidade tem para quitar em um curto prazo.

Marion (2010) afirma que é relevante observar que o endividamento a curto prazo é desfavorável, prejudicando a liquidez corrente da empresa (situação financeira).

A empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, não possui, um endividamento a longo prazo, e como a fórmula para encontrar esse dado se dá através da divisão do Passivo Circulante R\$ 29.543,26 (Vinte e Nove Mil Quinhentos e Quarenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos) pelo Exigível Total (passivo circulante mais exigível a longo prazo) que é o mesmo valor, mostra que na composição do endividamento da empresa, quita seus débitos em 100% com seus próprios recursos.

Imobilização do Patrimônio Líquido

O Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido é utilizado com o intuito de mostrar o quanto a empresa está investindo de seu Patrimônio Líquido no Imobilizado da empresa.

Para Floriani (2013, p. 76), “a Imobilização do Patrimônio Líquido tem por finalidade demonstrar que percentuais do Patrimônio Líquido estão aplicados no Imobilizado”.

Sendo assim, é possível observar, que quanto maior o investimento da empresa no seu Imobilizado, menor será a sua disponibilidade em dinheiro para a empresa conseguir pagar seus dividendos.

Na auditoria realizada na empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, também foi verificada a sua imobilização do patrimônio líquido, e para isso foi dividido o valor do Imobilizado R\$ 302.791,53 (Trezentos e Dois Mil Setecentos e Noventa e Um Reais e Cinquenta e Três

Centavos) pelo Patrimônio Líquido, que é de R\$ 533.064,75 (Quinhentos e Trinta e Três Mil Sessenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos), que gerou um percentual de 56,80% de recursos próprios que foram aplicados ao Imobilizado, o que não é uma margem muito boa, pois em caso de necessidade de dinheiro, a empresa terá que se desfazer de algum de seus ativos para gerar recursos.

Imobilização de Recursos Não Correntes

Este indicador é usado para deixar registrado para as empresas qual é o valor total dos recursos que estão presentes no imobilizado, no intangível e nos investimentos.

Matarazzo (2010 apud FLORIANI 2013, p. 79) afirma que, “mesmo que uma empresa não tenha necessidade de ativo circulante, deve sempre existir uma parcela destinada para o giro da empresa”.

Para se calcular este índice, é preciso somar Imobilizado + Investimentos + Intangível e dividir por Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo, e como a empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP não possui investimentos e nem Intangíveis, e também não há Exigível a Longo Prazo, o cálculo para este índice fica igual ao usado para encontrar a Imobilização do Patrimônio Líquido, totalizando um percentual de 56,80%.

Rentabilidade

A Rentabilidade é um indicador usado para mostrar qual rentabilidade a empresa obteve através dos capitais que foram investidos pelos seus proprietários, ou seja, mostra quanto a empresa está sendo rentável a partir do investimento inicial que foi aplicado.

Retorno Sobre Investimentos

Como o próprio nome já diz, esse índice tem a função de analisar em quanto tempo a empresa será capaz de recuperar seu capital investido, e também qual será essa taxa de lucratividade.

Segundo Marion (2010 apud FLORIANI 2013, p. 84) “[...] uma medida da capacidade de a empresa gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se”.

Para apurar a taxa de retorno sobre investimentos, aplica-se a seguinte fórmula:

$$\text{RENTABILIDADE DO ATIVO} = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total Médio}$$

Neste caso, usando os saldos da empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, o Lucro Líquido é equivalente a R\$ 33.064,75 (Trinta e Três Mil Sessenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos dividido por R\$ 43.302,75 (Quarenta e Três Mil Trezentos e Dois Reais e Setenta e Cinco Centavos), o que gera uma taxa de 76,35% o que significa que para cada R\$ 1,00 (Um Real) aplicado se consegue recuperar R\$ 0,76 (Setenta e Seis Centavos).

Segundo Floriani (2013, p. 85), “para saber quantos anos vai demorar para que a empresa obtenha o valor do capital investido, realiza-se o seguinte cálculo: 100% dividido pelo percentual de ganho apurado”. Neste caso, 100% por 76,35% resultam em 1,30, ou seja, em um ano e três meses que a empresa continuar a ganhar esse valor conseguirá recuperar seus investimentos.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido

O índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido é usado para mostrar se o lucro que a empresa gerou é o suficiente para pagar os sócios e seus investimentos, e com isso provar se é ou não rentável investir nessa empresa.

Floriani (2013, p. 86) mostra que para se “alcançar o resultado desse índice é preciso dividir o Lucro Líquido por Patrimônio Líquido Médio”.

Neste contexto, a empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, tem o Lucro Líquido no valor de R\$ 33.064,75 (Trinta e Três Mil Sessenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos) por Patrimônio Líquido Médio de R\$ 88.844,13 (Oitenta e Oito Mil Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais e Treze Centavos), o que gera um índice de 37%.

E para saber em quanto tempo os empresários terão seu retorno sobre o capital investido, se realiza o mesmo cálculo que para o Retorno sobre Investimentos.

Então, 100% por 37% é igual a 2,70. Sendo assim, caso a empresa continue rendendo o mesmo valor pelos próximos dois anos e sete meses, seus investidores, conseguirão obter seu valor investido.

Lucratividade

Os índices que são usados para medir a Lucratividade de uma empresa são usados para saber se ela está ou não tendo lucro com suas operações, sendo resultado da comercialização de bens e serviços.

Para analisar a lucratividade de uma empresa, são utilizados os índices de Lucratividade Bruta, Lucratividade Operacional e Lucratividade Líquida do Exercício.

Lucratividade Bruta

Conhecer qual a Lucratividade Bruta de uma empresa é muito importante para que a empresa conheça sua capacidade de rentabilidade. E para se chegar a esse resultado, o cálculo é feito com dados retirados diretamente da Demonstração de Resultado de Exercício.

Para Floriani (2013, p. 94) se calcula a Lucratividade Bruta desta forma:

$$LB = \frac{LOB}{ROL} \times 100$$

Sendo LOB = Lucro Operacional Bruto

ROL = Receita Operacional Bruta

E quando se multiplica o resultado por 100, encontra-se qual a real porcentagem da Lucratividade Bruta.

Sendo assim, utilizando os dados da empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, no qual o LOB é igual a R\$ 72.075,75 (Setenta e Dois Mil Setenta e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos), dividido por ROL R\$ 284.325,75 (Duzentos e Oitenta e Quatro Mil Trezentos e Vinte e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos) multiplicados por 100, geram uma porcentagem de 25,40%, o que é uma quantia considerável, uma vez que para cada R\$ 100,00 (Cem Reais) de receita obtida, a entidade tem R\$ 25,40 (Vinte e Cinco Reais e Quarenta Centavos) de Lucro.

Lucratividade Operacional

Para encontrar em uma empresa o seu índice de Lucratividade Operacional, é preciso ter conhecimento do seu Lucro Operacional Líquido e de sua Receita Operacional Líquida.

Deverão ser consideradas as despesas financeiras líquidas, ou seja, serão deduzidas as receitas de natureza financeira nos termos do Art. 187, da Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976).

Sendo assim, na Cafeteira Berger Ltda. EPP, a Lucratividade Operacional se dá pela divisão de Lucro Operacional Líquido de R\$ 81.400,00 (Oitenta e Um Mil e Quatrocentos Reais) por Receita Operacional Líquida de R\$ 284.325,75 (Duzentos e Oitenta e Quatro Mil Trezentos e Vinte e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos) multiplicado por 100 (Cem) para poder encontrar sua margem de lucro gera uma percentagem de 28,63%.

Lucratividade Líquida do Exercício

Este índice é muito importante, pois é com ele que se tem o resultado da lucratividade líquida que a empresa teve em um determinado período.

Para Zdanowicz (1998, p. 94 apud Floriani 2013, p. 96), a fórmula para este cálculo é:

$$LLE = \frac{LAI - PIR}{ROL} \times 100$$

Sendo LAI = Lucro Antes dos Impostos;

PIR = Provisão para Imposto de Renda;

ROL = Receita Operacional Líquida.

Neste sentido, o cálculo deste índice se dá pela divisão de LAI – PIR, que dá um total de R\$ 33.064,75 (Trinta e Três Mil Sessenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos) por ROL de R\$ 284.325,75 (Duzentos e Oitenta e Quatro Mil Trezentos e Vinte e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos) multiplicado por 100 (Cem), que gera uma percentagem de lucratividade de 11,63%.

Relatório das divergências encontradas na contabilidade

A auditoria em uma empresa é realizada com a intenção de verificar se as informações que estão descritas nas demonstrações contábeis são verídicas com o que a empresa realmente apresenta. Na empresa Cafeteira Berger Ltda. EPP, a realização da auditoria não foi por motivos diferentes.

Durante a auditoria realizada, foram encontradas algumas divergências entre os dados informados na contabilidade com o que o físico apresentava. Para relatar essas informações em contradições, é que existe o Relatório das Divergências, que é um dos papéis de trabalho do auditor.

Para Almeida (2010, p. 67);

Os principais objetivos dos papéis de trabalho da auditoria são os seguintes:

Atender às normas de auditoria geralmente aceitas;

Acumular as provas necessárias para suportar o parecer do auditor;

Auxiliar o auditor durante a execução de seu trabalho;

Facilitar a revisão por parte do auditor responsável para que ele se assegure de que o serviço foi efetuado de forma correta [...].

Portanto, esses relatos também não foram preenchidos de qualquer maneira, houve um árduo trabalho de análises e registros de tudo o que foi analisado. Para registrar essas análises, o auditor deve utilizar os chamados Papéis de Trabalho, que são usados para registrar os dados auditados, que comprovam a auditoria feita e que seus fatos são verídicos.

Na empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, a auditoria foi realizada no período entre os dias 1º de fevereiro de 2015 a 31 de março de 2015, revendo os lançamentos contábeis, os documentos entregues pela empresa, o que possibilitou a conferência de todos os setores da empresa.

Iniciando pela folha de pagamento da empresa, em seus registros contábeis o saldo do salário pago de competência 02/2015 e 03/2015 foram inicialmente apresentados com o total de cada mês de R\$ 8.877,00 (Oito Mil Oitocentos e Setenta e Sete Reais), resultando em 17.754,00 (Dezessete Mil Setecentos e Cinquenta e Quatro Reais), porém, durante a realização da auditoria, foi verificado que o saldo real era de R\$ 6.851,65 (Seis Mil Oitocentos e Cinquenta e Um Reais e Sessenta e Cinco Centavos), somando 13.703,30 (Treze Mil Setecentos e Três Reais e Trinta Centavos), possivelmente houve algum equívoco no momento de lançamento ou algum erro na hora de calcular o total pago.

Todavia, ainda na folha de pagamento, o holerite do funcionário Werverton Antonio Freitas que tinha por salário de Registro o Valor de R\$ 1.950,00 (Hum Mil Novecentos e Cinquenta Reais) mais 30% de Periculosidade que é direito do trabalhador conforme afirma o *site* Guia Trabalhista (s.d., s.p.) “O adicional de periculosidade é um valor devido ao empregado exposto a atividades perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego”, que resulta em R\$ 585,00 (Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais), subtraído o valor de 8% destinado ao INSS no total de R\$ 202,80 (Duzentos e Dois Reais e Oitenta Centavos).

Conforme está descrito no *site* Guia Trabalhista (2015, p. 1), na tabela vigente para o salário contribuição 2015;

Tabela 1. Alíquota INSS

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA INSS
Até 1.399,12	8%
De 1.399,13 até 2.331,88	9%
De 2.331,89 até 4.663,75	11%

Fonte: Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/tabela_inss_empregados.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Ao analisar esta tabela e verificar o valor do salário deste funcionário, fica evidenciada a alíquota a ser usada para o desconto devido do INSS, que é de 9%, o que resulta em um desconto no valor de R\$ 228,15 (Duzentos e Vinte e Oito Reais e Quinze Centavos), então, o saldo de salário líquido que deveria ser de R\$ 2.332,20 (Dois Mil Trezentos e Trinta e Dois Reais e Vinte Centavos), passa a ser o de R\$ 2.306,85 (Dois Mil Trezentos e Seis Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

No entanto, este equívoco ocorreu apenas no holerite do funcionário citado, pois ao analisar o mapa da folha de pagamento, os demais valores estavam corretos. Sendo assim, a Guia de FGTS e INSS de competência 02/2015, estavam com o saldo correto.

Há apenas uma ressalva ainda quanto ao INSS, pois nos lançamentos contábeis, provavelmente por erro de digitação o valor lançado estava R\$ 4.117,79 (Quatro Mil Cento e Dezessete Reais e Setenta e Nove Centavos), quando na verdade seu valor é de R\$ 4.117,29 (Quatro Mil Cento e Dezessete Reais e Vinte e Nove Centavos).

Outra observação a ser feita ainda dentro dos encargos sociais, reporta-se ao INSS e FGTS sobre as férias, que também é um direito do trabalhador, conforme registrado no *site* Guia Trabalhista (s.d., s.p.):

INSS: Sobre a remuneração do gozo de férias e do respectivo adicional constitucional (1/3) incide o INSS conforme a faixa em que se enquadre - 7,65; 8,65; 9 ou 11%.

A composição do salário-de-contribuição para se determinar a alíquota a ser aplicada inclui a remuneração do gozo das férias, do adicional de 1/3 constitucional e do salário do mês.

Nota: Sobre o abono pecuniário e seu respectivo adicional constitucional (1/3) não incide INSS.

FGTS: Haverá incidência normal do FGTS sobre a remuneração do gozo das férias e do seu respectivo adicional constitucional.

A base de incidência do FGTS é composta da remuneração do gozo das férias, do adicional de 1/3 constitucional e do salário do mês.

Nota: Sobre o abono pecuniário e seu respectivo adicional constitucional (1/3) não incide FGTS.

Sendo assim, no Balanço Patrimonial está provisionado para o INSS Férias o saldo de R\$ 550,60 (Quinhentos e Cinquenta Reais e Sessenta Centavos) e o FGTS tem o valor de R\$ 232,54 (Duzentos e Trinta e Dois Reais e Cinquenta e Quatro Centavos), porém, depois de realizada a auditoria nestes campos, foi evidenciado que o valor para essas contas resultava em valores diferentes, então utilizando o saldo provisionado para as férias deste período que é de R\$ 1.661,12 (Hum Mil Seiscentos e Sessenta e Um Reais e Doze Centavos), e utilizando sobre esse valor as alíquotas de 8% (INSS Empregado) e 28,5% (20% INSS Patronal, 5,8% Terceiros e 3% Riscos de Acidente de Trabalho) o real saldo a ser pago de INSS sobre as férias do período analisado é de 611,94 (Seiscentos e Onze Reais e Noventa e Quatro Centavos).

Quanto ao FGTS provisionado para Férias, utilizando ainda o mesmo saldo a ser pago, e multiplicando pela alíquota devida de 8%, o verdadeiro saldo a ser pago para este encargo é de 132,88 (Cento e Trinta e Dois Reais e Oitenta e Oito Centavos).

Há ainda o INSS e FGTS sobre o 13º salário, calculado sobre esse período auditado, pois no Balanço Patrimonial em que a empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP apresentou não havia sido lançado essas duas contas, e durante a auditoria e reclassificação tanto do Balanço como das outras demonstrações, essas duas contas foram incluídas.

O cálculo para ambas não é diferente do realizado para a provisão dos encargos das férias exceto pelo saldo provisionado para ser pago de 13º que equivale a R\$ 1.245,84 (Hum Mil Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos). Então, para o Cálculo do INSS, usando as alíquotas de 8% (INSS Empregado) e 28,5% (20% INSS Patronal, 5,8% Terceiros e 3% Riscos de Acidente de Trabalho), o real saldo a ser pago de INSS sobre 13º é de R\$ 458,96 (Quatrocentos e Cinquenta e Oito Reais e Noventa e Seis Centavos), e de FGTS provisionado para 13º, utilizando ainda o mesmo saldo a ser pago, e multiplicando pela alíquota devida de 8%, o valor total é igual a R\$ 99,66 (Noventa e Nove Reais e Sessenta e Seis Centavos).

Passando para auditoria na parte de escrita fiscal da empresa, há algumas divergências a serem corrigidas. Em algumas notas de entrada de mercadora para revenda, os lançamentos dos valores foram feitos considerando um desconto que se dá a partir do FUNRURAL.

Conforme a Lei nº 7.604 (BRASIL, 1987, s.p.):

§ 1º Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL -, diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social e ao qual é atribuída personalidade jurídica de natureza autárquica, caberá a execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, na forma do que dispuser o Regulamento desta Lei Complementar.

§ 2º O FUNRURAL gozará em toda a sua plenitude, inclusive no que se referem a seus bens, serviços e ações, das regalias, privilégios e imunidades da União e terá por foro o da sua sede, na Capital da República, ou o da Capital do Estado para os atos do âmbito deste.

Art. 2º O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:

- I - Aposentadoria por velhice;
- II - Aposentadoria por invalidez;
- III - pensão;
- IV - Auxílio-Funeral;
- V - Serviço de saúde;
- VI - Serviço de social.

Sendo assim, na nota fiscal tem que ficar registrado o valor que se compete ao Funrural, portanto, o equívoco pode ter sido o de desconsiderar o valor e lançar o total, sendo o valor dos produtos subtraídos do valor do FUNRURAL, também por algum descuido no momento do lançamento.

Contudo, na reclassificação dos lançamentos contábeis foram feitas as correções necessárias. Na nota fiscal nº 001, emitida em 02/02/2015 por Lorival O. dos Santos, o valor lançado como o de compra foi de R\$ 16.120,50 (Dezesseis Mil Cento e Vinte Reais e Cinquenta Centavos) porém, o correto é de R\$ 16.500,00 (Dezesseis Mil e Quinhentos Reais), pois foi subtraído o valor de 2.3% de FUNRURAL.

A nota fiscal nº 002, emitida em 03/02/2015 por Pedro A. Nepomoceno, o valor lançado foi o de R\$ 16.120,50 (Dezesseis Mil Cento e Vinte Reais e Cinquenta Centavos), porém, o correto é de R\$ 16.500,00 (Dezesseis Mil e Quinhentos Reais), tendo sido descontado também a alíquota do FUNRURAL.

A nota fiscal nº 003, emitida em 03/02/2015 por Darci P. da Silva, foi lançada com o valor de R\$ 4.885,00 (Quatro Mil Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais), sendo que deveria ser de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais). Para a nota fiscal nº 004, emitida em 05/02/2015 por Ana Paula dos Santos, o lançamento foi registrado como R\$ 4.924,08 (Quatro Mil Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Oito Centavos), porém o valor correto para a nota fiscal é de R\$ 5.040,00 (Cinco Mil e Quarenta Reais), pois também foi desconsiderado o valor de R\$ 115,92 referente ao FUNRURAL.

Na nota fiscal nº 005, emitida por Valmiro Berger em 05/02/2015, o valor correto era o de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), porém foi lançado o de R\$ 9.770,00 (Nove Mil Setecentos e Setenta Reais). Na nota fiscal nº 006, emitida em 05/02/2015 por Izabel Dias Subrinho, o valor certo da era de R\$ 5.005,00 (Cinco Mil e Cinco Reais), mas foi lançado na contabilidade o valor de R\$ 4.889,88 (Quatro Mil Oitocentos e Oitenta e Nove Reais e Oitenta e Oito Centavos).

Foi lançado na nota fiscal nº 007, emitida por Ilmar Berger em 06/02/2015, o valor de R\$ 5.129,25 (Cinco Mil Cento e Vinte e Nove Reais e Vinte e Cinco Centavos), porém o certo é R\$ 5.250,00 (Cinco Mil Duzentos e Cinquenta Reais). E na nota fiscal nº 008, emitida em 06/02/2015 por Paulo Sergio Berger, foi lançado o valor de R\$ 42.988,00, porém o valor correto da nota fiscal é o de R\$ 44.000,00 (Quarenta e Quatro Mil Reais), porque foi desconsiderado o valor do FUNRURAL de R\$ 1.012,00 (Hum Mil e Doze Reais). Após as correções, foi visto

que o valor anteriormente registrado como o total de compras realizadas era o de R\$ 223.146,79 (Duzentos e Vinte e Mil Cento e Quarenta e Seis Reais e Setenta e Nove Centavos), porém após as correções foi visto que o correto é o de R\$ 228.400,00 (Duzentos e Vinte e Oito Mil e Quatrocentos Reais).

Há ainda a auditoria realizada nos impostos, porém só foi encontrada divergência para os encargos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e para Contribuição Social.

A Lei 9.430/1996, (BRASIL, 1996, s.p.) artigo 60, descreve que:

São contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):

I – as pessoas jurídicas;

II – as empresas individuais.

As disposições tributárias do IR aplicam-se a todas as firmas e sociedades, registradas ou não.

As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência sujeitam-se às normas de incidência do imposto aplicáveis às pessoas jurídicas, em relação às operações praticadas durante o período em que perdurarem os procedimentos para a realização de seu ativo e o pagamento do passivo.

As empresas públicas e as sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias, são contribuintes nas mesmas condições das demais pessoas jurídicas (Constituição Federal, artigo 173 § 1º).

Sendo assim, no IRPJ tanto para venda de mercadoria como para prestação de serviço, havia sido registrado na contabilidade um valor a recolher de R\$ 5.566,08 (Cinco Mil Quinhentos e Sessenta e Seis Reais e Oito Centavos), mas após a auditoria realizada dentro da empresa foram verificadas algumas diferenças para este cálculo, isso porque, foi encontrada diferença no valor total das vendas para o mês de Fevereiro de 2015, que havia sido fechado com o total de R\$ 129.000,00 (Cento e Vinte e Nove Mil Reais) e foi reclassificado para o valor real que era de R\$ 113.000,00 (Cento e Treze Mil Reais), o que com certeza deve ter ocorrido foi um erro no momento dos cálculos da apuração, pois as notas se encontravam lançadas como valor correto com as originais.

Sobre o valor de venda de Fevereiro e Março que somam R\$ 263.840,00 (Duzentos e Sessenta e Três Mil e Oitocentos e Quarenta Reais) é aplicado a alíquota de Base de Cálculo de 8% que gera uma base de cálculo de 21.107,20 (Vinte e Um Mil Cento e Sete Reais e Vinte Centavos) e para o total de serviços para o mesmo período o valor de R\$ 46.000,00 (Quarenta e Seis Mil Reais) é aplicada uma Alíquota para base de cálculo de 32% geral uma Base de Cálculo de R\$ 14.720,00 (Quatorze Mil e Setecentos e Vinte Reais), que somada ao total das vendas sendo utilizada a alíquota do IRPJ de 15% sobre o valor da base de cálculo encontrada de R\$ 35.827,20 (Trinta e Cinco Mil Oitocentos e Vinte e Sete Reais e Vinte Centavos), geram um IRPJ a Recolher de R\$ 5.374,08 (Cinco Mil Trezentos e Setenta e Quatro Reais e Oito Centavos).

Neste sentido, tem também a Contribuição Social, conforme explica a Lei nº 8.981 (BRASIL, 1995, s.p.), artigo 57:

Aplicam-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor. Desta forma, além do IRPJ, a pessoa jurídica optante pelo Lucro Real, Presumido ou Arbitrado deverá recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Presumido (CSLL), também pela forma escolhida. Não é possível, por exemplo, a empresa optar por recolher o IRPJ pelo Lucro Real e a CSLL pelo Lucro Presumido. Escolhida a opção, deverá proceder à tributação, tanto do IRPJ quanto da CSLL, pela forma escolhida.

Não diferente do apurado no IRPJ, porque ambos possuem cobrança sobre as vendas e os serviços, o total apurado para o Período referente a vendas é de R\$ 263.840,00 (Duzentos e Sessenta e Três Mil e Oitocentos e Quarenta Reais) aplicado à alíquota de 12%, que gera a base de cálculo de R\$ 31.660,80 (Trinta e Um Mil Seiscentos e Sessenta Reais e Oitenta Centavos), e para os serviços prestados um total de R\$ 46.000,00 (Quarenta e Seis Mil Reais) aplicado à alíquota de 32% gerando uma base de cálculo de R\$ 14.720,00 (Quatorze Mil Setecentos e Vinte Reais) que somada a base de cálculo das vendas gera um valor de R\$ 46.380,80 (Quarenta e Seis Mil Trezentos e Oitenta Reais e Oitenta Centavos), que multiplicada pela alíquota da CSLL de 9% resulta em um total de R\$ 4.174,27 (Quatro Mil Cento e Setenta e Quatro Reais e Vinte e Sete Centavos). Como já citado, as notas de vendas estavam lançadas de maneira correta, para haver esse equívoco, o motivo principal deve ter sido um descuido no momento do cálculo, mas que foi devidamente reclassificado no Balanço e nas demais demonstrações contábeis da empresa.

Houve ainda um pequeno detalhe que foi configurado nos lançamentos da empresa na parte que compete a impostos, referente à data dos pagamentos dos impostos PIS (Programas de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) pois estavam lançados na data de 20/03/2015, porém o seu pagamento foi realizado no dia 25/03/2015, o equívoco aqui deve ter ocorrido devido a algum descuido no momento em que foi efetuado os lançamentos.

Relatório do(s) auditore(s) independente(s)

Examinaram-se as demonstrações contábeis da empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Março de 2015 e a respectiva demonstração do resultado do exercício.

Responsabilidade da administração da Companhia sobre as demonstrações contábeis

Cabe à administração da empresa elaborar as demonstrações contábeis obrigatórias, evidenciando a real situação econômico-financeira da entidade, devendo estar em conformidade com os princípios e práticas contábeis adotadas pela Legislação brasileira.

Responsabilidade dos auditores independentes

Expressar opinião sobre as demonstrações contábeis com base na auditoria realizada, estando de acordo com as normas brasileiras de auditoria é a responsabilidade da Cunha E Freire Auditoria Ltda., empresa responsável pela auditoria da auditada. O objetivo desta auditoria é confirmar que as demonstrações contábeis preparadas pela administração representam de forma adequada e relevante a situação da empresa. A opinião do auditor deverá estar embasada nos procedimentos de auditoria utilizados para obter a evidência dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. Esta auditoria é realizada de acordo com práticas e procedimentos contábeis brasileiros.

Base para opinião com ressalva

Conforme os dados apresentados anteriormente neste artigo, o objeto de ressalva deste relatório se refere ao cálculo de INSS a ser pago pela empresa para a Competência de Fevereiro de 2015, o valor pago nas notas fiscais de compra, o valor referente ao pagamento de salário do mês de Fevereiro de 2015, foi reclassificado também o valor de faturamento sobre as mercadorias vendidas em Fevereiro de 2015 e, conseqüentemente, o valor apurado para IRPJ (Imposto

de Renda Pessoa Jurídica) e para CSLL (Contribuição Social). Também foi ajustado o valor para Provisão INSS (Instituto Nacional Seguro Social) para os 13º e Férias e relançados em datas corretas o pagamento dos impostos PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e a reclassificação no Ativo Imobilizado concernente aos dados apresentados.

Opinião com ressalva

A não ser pelo resultado descrito no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis da Empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP em 31 de Março de 2015, representa a posição patrimonial e financeira da empresa de forma adequada em todos os enfoques relevantes, conforme as normas de práticas contábeis adotadas no Brasil.

Considerações finais

Durante a realização da auditoria na empresa Cafeeira Berger Ltda. EPP, foi possível verificar e reconhecer que as demonstrações contábeis são ferramentas de grande importância para o conhecimento da situação financeira da entidade, o que auxilia aos proprietários em suas tomadas de decisões.

Continuando, foi possível entender que realizar uma auditoria não é uma tarefa simples, e não pode ser realizada sem responsabilidade e conhecimento sobre o assunto, é preciso ter muito conhecimento sobre o que se analisa, e saber de qual maneira os resultados devem ser empregados nos relatórios para adiante mostrá-los aos interessados, e, para isso, o auditor faz uso de seus papéis de trabalho que o auxiliam no momento de conferência dos resultados.

Durante a auditoria realizada, foram analisadas todas as demonstrações contábeis que a empresa apresenta, e correções foram feitas conforme a necessidade encontrada. Lembrando que as demonstrações contábeis servem para relatar como estão os saldos da empresa de forma financeira, para que os interessados saibam como se encontra sua empresa e se o que está no papel é realmente verídico com o que realmente acontece.

Ainda, durante a auditoria, foram utilizados os Índices Indicadores Econômico-Financeiros, que são utilizados com o intuito de avaliar as condições que a empresa se encontra quanto a sua lucratividade e quanto a sua capacidade de quitar suas dívidas, e foi a partir desses indicadores que ficou registrado que a empresa se encontra em boas condições financeiras, pois todos os saldos encontrados comprovam que a empresa está apta a saldar todas as suas contas de maneira confortável para a entidade.

Sendo assim, auditar uma empresa não é uma tarefa a ser feita de qualquer modo, pois serve para auxiliar os gestores a entender sua empresa, e durante a auditoria feita na empresa acima citada, não foram constatados nenhum tipo de fraude, apenas alguns equívocos causados devido a erros no momento de lançar as despesas, ou até mesmo por falta de algum conhecimento específico por quem os fez, mas nada relevante, o que é de muita valia aos proprietários, pois agora têm em suas mãos resultados verídicos que vão auxiliá-los em suas tomadas de decisões dentro da empresa, uma vez que os valores se encontram auditados e corrigidos, e o saldo de sua empresa agora está o mais real possível.

Enfim, auditar uma empresa não é uma tarefa a ser feita por qualquer um, exige um profissional de muito conhecimento e responsabilidade, pois seus trabalhos serão usados pela empresa e seus gestores, para melhor gestão e controle de sua empresa. O auditor deve descrever sua opinião sobre a situação da empresa e deixar evidenciados os resultados encontrados, fornecendo uma maior confiabilidade em seu trabalho realizado.

Referências

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. **Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995**. Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8981.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Lei nº 7.604, de 26 de maio de 1987**. Dispõe sobre a atualização de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7604.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

_____. **Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971**. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

CREAPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: teoria e prática. 7. ed. São Paulo. Sarai-va. 2011.

FLORIANI, Arlete Regina. **Análise das demonstrações contábeis**. Contabilidade Analítica / Financeira. Indaial: Uniasselvi. 2013

Guia Trabalhista. **Qual é a diferença entre salário e remuneração?** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/diferenca-salario-remuneracao.htm>>. Acesso em: 30 out. 2015.

Guia Trabalhista. **Adicional de periculosidade**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/periculosidade.htm>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Guia Trabalhista. **Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/tabela_inss_empregados.htm>. Acesso em: 1º nov. 2015.

Guia Trabalhista. Incidências sobre férias – procedimentos. [s.d.]. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/noticias/incidencia_ferias.htm>. Acesso em: 1º nov. 2015.

Guia Trabalhista. **13º salário – incidência de encargos sociais.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/13salarioirfinssfgts.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços.** São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras.** 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Portal Tributário. **Imposto de Renda – Pessoa Jurídica.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/irpj.html>>. Acesso em: 28 out. 2015.

Portal Tributário. **Contribuição Social – CSLL.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/csl.html>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Portal de Contabilidade. **O Livro Diário.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/obrigacoes/livrodiario.htm>>. Acesso em: 29 out. 2015.

Portal de Contabilidade. **O Livro Razão.** [s.d.]. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/obrigacoes/livrorazao.htm>> Acesso em: 29 out. 2015.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 8. ed. São Paulo Atlas, 2007.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.